

# BV LEASING - ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.

CNPJ 01.858.774/0001-10

Avenida das Nações Unidas, 14.171, Torre A, 12º andar, parte, Vila Gertrudes, São Paulo - (SP), Brasil, CEP 04794-000

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Senhores Acionistas,**  
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações contábeis da BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A. relativas aos períodos encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

Dentro de uma estratégia de diversificação de produtos do acionista Banco BV, a BV Leasing tem por objeto social, principalmente, a realização de operações de arrendamento mercantil de veículos. As operações são

conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, inclusive em relação ao gerenciamento de riscos.

A BV Leasing encerrou Dezembro/19 com saldo de carteira de crédito de R\$ 97,7 milhões, ante R\$ 191,7 milhões em Dezembro/18.

Em 2019, a BV Leasing registrou prejuízo de R\$ 20,3 milhões, ante lucro líquido de R\$ 13,9 milhões em 2018. Adicionalmente, em 2019 não foram prestados pelos auditores independentes quaisquer serviços que não

aqueles relacionados à auditoria externa.

A administração da BV Leasing agradece aos acionistas, clientes e parceiros pela confiança depositada e aos colaboradores pelo contínuo empenho e dedicação.

São Paulo, 06 de fevereiro de 2020.

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018			
<i>(Valores expressos em milhares de Reais)</i>			
	Nota	31.12.2019	31.12.2018
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>673.936</b>	<b>5.243.911</b>
Disponibilidades	4	978	202
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>	<b>5a</b>	<b>626.862</b>	<b>2.874.316</b>
Aplicações no mercado aberto		626.862	2.874.316
<b>Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos financeiros derivativos</b>	<b>6a</b>	<b>1.605</b>	<b>2.356.180</b>
Carteira própria		1.605	2.356.180
<b>Operações de Arrendamento Mercantil</b>	<b>(901)</b>	<b>38</b>	<b>38</b>
Arrendamento a receber - Setor privado	7a	42.806	150.617
(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil) (Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	7a	(42.793)	(150.147)
	7f	(914)	(432)
<b>Outros Créditos</b>	<b>8</b>	<b>44.809</b>	<b>12.714</b>
Diversos		44.809	12.714
<b>Outros Valores e Bens</b>	<b>9</b>	<b>583</b>	<b>461</b>
Bens não de uso próprio		638	887
(Provisão para desvalorizações)		(378)	(465)
Despesas antecipadas		323	39
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>1.264.623</b>	<b>741.894</b>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>		<b>1.165.457</b>	<b>542.563</b>
<b>Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos financeiros derivativos</b>	<b>6a</b>	<b>651.816</b>	<b>—</b>
Carteira própria		651.816	—
<b>Operações de Arrendamento Mercantil</b>	<b>(1.284)</b>	<b>14</b>	<b>14</b>
Arrendamento a receber - Setor privado	7a	61.049	58.307
(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil) (Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	7a	(61.030)	(58.126)
	7f	(1.303)	(167)
<b>Outros Créditos</b>	<b>8</b>	<b>514.880</b>	<b>542.481</b>
Diversos		514.880	542.481
<b>Outros Valores e Bens</b>	<b>9</b>	<b>45</b>	<b>68</b>
Despesas antecipadas		45	68
<b>PERMANENTE</b>	<b>10</b>	<b>99.166</b>	<b>199.331</b>
Investimentos		23.382	23.382
(Imparidade acumulada)		(23.382)	(15.603)
Intangível		—	—
Ativos intangíveis		186	186
(Amortização acumulada)		(186)	(186)
<b>Imobilizado de Arrendamento</b>	<b>11a</b>	<b>99.166</b>	<b>191.552</b>
Bens arrendados		313.569	434.782
(Insuficiência de depreciação)		(59.501)	(53.972)
(Depreciações acumuladas)		(154.902)	(189.258)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>1.938.559</b>	<b>5.985.805</b>

**TOTAL DO PASSIVO**

**1.938.559**      **5.985.805**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019						
<i>(Valores expressos em milhares de Reais)</i>						
	Nota	Capital Social	Reserva Legal	Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	Total
<b>EVENTOS</b>						
<b>Saldos em 31.12.2017</b>		<b>932.512</b>	<b>44.305</b>	<b>31.801</b>	<b>—</b>	<b>1.008.618</b>
Dividendos intermediários		—	—	(9.300)	—	(9.300)
Juros sobre Capital Próprio Intermediários		—	—	(21.500)	—	(21.500)
Lucro Líquido do período		—	—	—	13.892	13.892
Destinações:						
Reserva legal		—	695	—	(695)	—
Dividendos mínimos obrigatórios		—	—	—	(3.299)	(3.299)
Dividendos adicionais		—	—	—	(5.886)	(5.886)
Reserva estatutária para expansão		—	—	4.012	(4.012)	—
<b>Saldos em 31.12.2018</b>		<b>932.512</b>	<b>45.000</b>	<b>5.013</b>	<b>—</b>	<b>982.525</b>
<b>Mutações do período</b>		<b>—</b>	<b>695</b>	<b>(26.788)</b>	<b>—</b>	<b>(26.093)</b>
<b>Saldos em 30.06.2019</b>		<b>932.512</b>	<b>45.000</b>	<b>1.001</b>	<b>(14.298)</b>	<b>964.215</b>
Ajustes de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários, líquido de impostos (Prejuízo) do período	16d	—	—	—	8.978	8.978
Absorção do prejuízo		—	(19.320)	(1.001)	—	(20.321)
<b>Saldos em 31.12.2019</b>		<b>932.512</b>	<b>25.680</b>	<b>(1.001)</b>	<b>8.978</b>	<b>967.170</b>
<b>Mutações do período</b>		<b>—</b>	<b>(19.320)</b>	<b>(1.001)</b>	<b>8.978</b>	<b>14.298</b>
<b>Saldos em 31.12.2018</b>		<b>932.512</b>	<b>45.000</b>	<b>5.013</b>	<b>—</b>	<b>982.525</b>
Ajustes de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários, líquido de impostos	16d	—	—	—	8.978	8.978
Dividendos intermediários	16c	—	—	(4.012)	—	(4.012)
(Prejuízo) do período		—	—	—	(20.321)	(20.321)
Absorção do prejuízo		—	(19.320)	(1.001)	—	(20.321)
<b>Saldos em 31.12.2019</b>		<b>932.512</b>	<b>25.680</b>	<b>(5.013)</b>	<b>8.978</b>	<b>967.170</b>
<b>Mutações do período</b>		<b>—</b>	<b>(19.320)</b>	<b>(5.013)</b>	<b>8.978</b>	<b>(15.355)</b>

O Lucro/(prejuízo) por Ação está divulgado na Demonstração do Resultado.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019					
<i>(Valores expressos em milhares de Reais)</i>					
	Nota	2º Semestre/ 2019	Exercício/ 2019	Exercício/ 2018	Exercício/ 2018
<b>Receitas</b>		<b>126.131</b>	<b>302.377</b>	<b>609.218</b>	<b>609.218</b>
Receita da intermediação financeira		146.262	327.050	632.413	632.413
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7f	3.116	(1.738)	694	694
Outras receitas/despesas	14b/14c/15	(23.247)	(22.935)	(23.889)	(23.889)
<b>Despesas da intermediação financeira</b>		<b>(80.042)</b>	<b>(173.603)</b>	<b>(449.374)</b>	<b>(449.374)</b>
<b>Insuportos adquiridos de terceiros</b>		<b>(3.582)</b>	<b>(5.621)</b>	<b>(7.487)</b>	<b>(7.487)</b>
Serviços de terceiros	14a	(77)	(80)	(5)	(5)
Processamento de dados	14a	(356)	(1.136)	(1.217)	(1.217)
Propaganda e publicidade	14a	(29)	(163)	(160)	(160)
Serviços do sistema financeiro	14a	(176)	(227)	(686)	(686)
Serviços técnicos especializados	14a	(2.619)	(3.269)	(3.538)	(3.538)
Emolumentos judiciais e cartorários	14a	(292)	(633)	(724)	(724)
Impostos e multas de bens arrendados	14a	(17)	(75)	(813)	(813)
Despesas de contribuições filantrópicas	14a	—	—	(194)	(194)
Outras	14a	(16)	(38)	(150)	(150)
<b>Valor Adicionado Bruto</b>		<b>42.507</b>	<b>123.353</b>	<b>152.357</b>	<b>152.357</b>
Despesas de amortização/depreciação		(46.476)	(110.957)	(128.561)	(128.561)
<b>Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade</b>		<b>(3.969)</b>	<b>12.203</b>	<b>23.796</b>	<b>23.796</b>
<b>Valor Adicionado a Distribuir</b>		<b>(3.969)</b>	<b>12.203</b>	<b>23.796</b>	<b>23.796</b>
<b>Valor Adicionado Distribuído</b>		<b>2.050</b>	<b>-51,65%</b>	<b>32.514</b>	<b>266,44%</b>
<b>Impostos, Taxas e Contribuições</b>		<b>927</b>	<b>10,85%</b>	<b>5.705</b>	<b>100,00%</b>
Federais		21	153	492	492
Estaduais		1.102	21.509	3.688	3.688
Municipais		4	10	19	19
<b>Remuneração de Capitais de Terceiros</b>	14a	<b>(6,023)</b>	<b>151,75%</b>	<b>(20,321)</b>	<b>-166,52%</b>
Aluguéis		(6,023)	(20,321)	4,707	4,707

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS *(Valores expressos em milhares de Reais)*

**1. A BV LEASING E SUAS OPERAÇÕES**  
A BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A. ("Companhia") é uma companhia de capital fechado que tem por objeto social, principalmente, a realização de operações de arrendamento mercantil de veículos. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que compõem o Conglomerado Financeiro Votorantim ("Conglomerado") e atuam integradamente, inclusive em relação ao gerenciamento de riscos, e certas operações tem a coparticipação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

Em reunião do Conselho de Administração do Banco Votorantim S.A., realizada em 7 de novembro de 2019, foi aprovado o plano para transformação da BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A. em Banco Múltiplo, cuja reestruturação societária é sujeita a aprovações regulatórias.

**2. AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
As Demonstrações Contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A elaboração de demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o valor residual do ativo permanente, provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos fiscais diferidos, provisão para demandas fiscais e civis, valorização de instrumentos financeiros e outros provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite normas e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O CMN aprovou os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pela Companhia, quando aplicável: CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil - Financeiro, CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Evento Subsequente, CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados.

A Companhia aplica o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado que não é conflitante com as normas do BACEN, conforme determina a regulamentação vigente.

A emissão das Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Administração em 06 de fevereiro de 2020.

**Declaração de conformidade**  
Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão evidenciadas nas Demonstrações Contábeis, e correspondem às utilizadas na gestão da Companhia.

**3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**  
As políticas contábeis são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados e de maneira uniforme.

**a) Apuração do resultado**  
Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pré-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

**b) Moeda funcional e de apresentação**  
A moeda de apresentação e a moeda funcional, que é a moeda do ambiente econômico principal no qual uma entidade opera, é o Real para todas as entidades do Conglomerado.

**c) Mensuração a valor presente**  
Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros.

Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob o controle da Companhia, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente.

**d) Caixa e equivalentes de caixa**  
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas - posição bancada, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, cujo vencimento das operações, na data efetiva da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias.

**e) Aplicações interfinanceiras de liquidez**  
As aplicações interfinanceiras são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

**f) Títulos e valores mobiliários - TVM**  
Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago reduzido da provisão para perda, quando julgado necessário, e classificados em função da intenção da Administração em três categorias distintas, conforme regulamentação vigente:

**Títulos para negociação:** Títulos adquiridos com o propósito de serem ativas e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

**Títulos disponíveis para venda:** Títulos que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativas e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e

**Títulos mantidos até o vencimento:** Títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. Estes títulos são acrescidos dos rendimentos auferidos

em contrapartida ao resultado do período e não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os papéis reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

A metodologia de ajuste a valor de mercado foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração, ou, na falta deste, o valor de ajuste diário das operações de mercado futuro divulgados por fontes externas ou o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índices de preços e moedas, além de eventuais ajustes nos preços de títulos de baixa liquidez, todas devidamente aderentes aos preços praticados no período. O valor de mercado contempla o risco de crédito do emissor (ajuste de spread de crédito).

Os rendimentos auferidos com os títulos e valores mobiliários, independentemente da categoria em que estão classificados, são apropriados *pro rata die*, com base na variação do indexador e nas taxas de juros pactuados, pelo método exponencial ou linear, até a data do vencimento ou da venda definitiva do título, sendo reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento que não tenham caráter de perdas temporárias são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizados pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como Lucro ou Prejuízo com títulos e valores mobiliários.

**g) Instrumentos financeiros derivativos - IFD**  
Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo seu valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização. O valor de mercado contempla o risco de crédito da contraparte (ajuste de spread de crédito).

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros são considerados instrumentos de proteção (*hedge*) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

**Hedge de risco de mercado:** os instrumentos financeiros assim classificados, bem como o item objeto de *hedge*, têm suas valorizações ou desvalorizações reconhecidas em contas de resultado do período. Para os itens objeto que são descontinuados da relação de *hedge* de risco de mercado e permanecem registrados no Balanço, como nos casos de contratos de créditos cedidos com retenção substancial dos riscos e benefícios, quando aplicável, o saldo de ajuste de marcação a mercado é reconhecido no resultado pelo prazo remanescente das operações.

**Hedge de fluxo de caixa:** na categoria de *hedge* de fluxo de caixa são classificados os instrumentos financeiros derivativos destinados a compensar a variação do fluxo de caixa futuro estimado da instituição. Para estas operações os instrumentos financeiros derivativos são ajustados ao valor de mercado, sendo que a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações, líquida dos efeitos tributários, registra-se na conta destacada do Patrimônio Líquido. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de *hedge*, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para *hedge*, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período.

Para os itens objeto que são descontinuados da relação de *hedge* de fluxo de caixa e permanecem registrados no Balanço, a reserva acumulada no patrimônio líquido é imediatamente transferida para o resultado do período.

**h) Operações de arrendamento mercantil, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa**  
**Arrendamentos a receber:** registra o valor das contraprestações a receber no prazo do contrato, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente e classificados no ativo circulante ou no realizável a longo prazo.

**Rendas a apropriar de arrendamento a receber:** são apropriadas mensalmente pelo valor das contraprestações exigíveis no período, observadas as normas da Portaria MF nº 1407/1984. As rendas das operações de crédito deixam de ser apropriadas para resultado enquanto as operações apresentarem atraso superior a 59 dias.

**Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa:** as operações de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto aos níveis de riscos, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos pelo CMN, que requer a análise da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 14 dias como operações em curso anormal.

Com relação ao período de atraso verificado nas operações com prazo a decorrer superior a 36 (trinta e seis) meses, a Companhia deixou de adotar a partir de dezembro de 2019 a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis nas operações do varejo, bem como nas operações do atacado que seguem avaliação interna.

As rendas das operações de arrendamento mercantil deixam de ser apropriadas para resultado enquanto as operações apresentarem atraso superior a 59 dias.

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociadas de operações de arrendamento mercantil já baixadas para prejuízo são classificadas como nível H. Os eventuais ganhos provenientes de renegociação de contrato em atraso acima de 59 dias em prejuízo são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende aos requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 (Nota Explicativa nº 7e).

A administração da BV Leasing agradece aos acionistas, clientes e parceiros pela confiança depositada e aos colaboradores pelo contínuo empenho e dedicação.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO				
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018				
E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019				
<i>(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)</i>				
	Nota	2º Semestre/ 2019	Exercício/ 2019	Exercício/ 2018
<b>RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>146.262</b>	<b>327.050</b>	<b>632.413</b>
Operações de arrendamento mercantil	7b	91.415	169.293	204.115
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6b	54.847	157.757	428.686
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	6d.1	—	—	(388)
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>(123.402)</b>	<b>(286.291)</b>	<b>(577.241)</b>
Operações de captação no mercado	12b	(43.103)	(137.972)	(414.843)
Operações de arrendamento mercantil	7b	(83.415)	(146.581)	(163.092)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7f	3.116	(1.738)	694
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>22.860</b>	<b>40.759</b>	<b>55.172</b>
<				

# BV LEASING - ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.

CNPJ 01.858.774/0001-10

Avenida das Nações Unidas, 14.171, Torre A, 12º andar, parte, Vila Gertrudes, São Paulo - (SP), Brasil, CEP 04794-000



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Valores expressos em milhares de Reais)

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN nº 3.355/2006 e CMN nº 4.192/2013, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

A Companhia reconhece o Imposto de Renda diferido, calculado à alíquota de 25% sobre o ajuste de superveniência de depreciação da carteira de arrendamento mercantil.

### n) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 (Nota Explicativa nº 20).

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. Porém, quando a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é realizado nas Demonstrações Contábeis.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas Notas Explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

As obrigações legais são processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de sucesso dos processos judiciais em andamento, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas Demonstrações Contábeis.

### o) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base *pro rata die* e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata die*.

### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2019	31.12.2018
<b>Disponibilidades</b>	<b>978</b>	<b>202</b>
Disponibilidades em moeda nacional	978	202
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez <sup>(1)</sup></b>	<b>626.862</b>	<b>2.874.310</b>
Aplicações no mercado aberto - Revendas a liquidar - Posição bancada	626.862	2.874.310
<b>Total</b>	<b>627.840</b>	<b>2.874.512</b>

<sup>(1)</sup> Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

### 5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

#### a) Composição

	31.12.2019	31.12.2018
<b>Aplicações no mercado aberto</b>		
<b>Revendas a liquidar - Posição bancada</b>	<b>626.862</b>	<b>2.874.316</b>
Letras Financeiras do Tesouro	626.861	-
Notas do Tesouro Nacional	-	2.874.310
Debêntures	1	6
<b>Total</b>	<b>626.862</b>	<b>2.874.316</b>
Ativo circulante	626.862	2.874.316

#### b) Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez

	2º Semestre/2019	Exercício/2019	Exercício/2018
Rendas de aplicações no mercado aberto - Posição bancada (Nota 6b)	40.209	142.466	428.009
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	-	-	95
<b>Total</b>	<b>40.209</b>	<b>142.466</b>	<b>428.104</b>

### 6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

#### a) Títulos e Valores Mobiliários - TVM

Na demonstração "Balanço Patrimonial", os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "títulos para negociação" são apresentados como ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.

#### a.1) Composição da carteira por categoria, tipo de papel e prazo de vencimento

Vencimento em dias	31.12.2019					31.12.2018			
	Valor de mercado		Total		Marcação	Total		Marcação	
	Sem vencimento	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado		Valor de custo	Valor de mercado		
<b>1 - Títulos para negociação</b>	-	<b>1.405</b>	-	<b>1.405</b>	<b>1.405</b>	-	<b>2.356.143</b>	<b>2.355.847</b>	<b>(296)</b>
<b>Títulos públicos</b>	-	<b>1.393</b>	-	<b>1.393</b>	<b>1.393</b>	-	<b>2.356.143</b>	<b>2.355.847</b>	<b>(296)</b>
Letras Financeiras do Tesouro	-	1.393	-	1.393	1.393	-	1.314	1.314	-
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-	2.354.829	2.354.533	(296)
<b>Títulos privados</b>	-	<b>12</b>	-	<b>12</b>	<b>12</b>	-	-	-	-
Certificado de Depósito Bancário	-	12	-	12	12	-	-	-	-
<b>2 - Títulos disponíveis para venda</b>	<b>200</b>	-	<b>651.816</b>	<b>637.053</b>	<b>652.016</b>	<b>14.963</b>	<b>333</b>	<b>333</b>	-
<b>Títulos públicos</b>	-	-	<b>651.816</b>	<b>636.853</b>	<b>651.816</b>	<b>14.963</b>	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional	-	-	651.816	636.853	651.816	14.963	-	-	-
<b>Títulos privados</b>	<b>200</b>	-	-	<b>200</b>	<b>200</b>	-	<b>333</b>	<b>333</b>	-
Cotas de fundos de investimentos	200	-	-	200	200	-	333	333	-
<b>Total (1 + 2)</b>	<b>200</b>	<b>1.405</b>	<b>651.816</b>	<b>638.458</b>	<b>653.421</b>	<b>14.963</b>	<b>2.356.476</b>	<b>2.356.180</b>	<b>(296)</b>

#### a.2) Composição da carteira por rubricas de publicação e prazo de vencimento

Vencimento em dias	31.12.2019					31.12.2018			
	Valor de mercado		Total		Marcação	Total		Marcação	
	Sem vencimento	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado		Valor de custo	Valor de mercado		
<b>Por carteira</b>	<b>200</b>	<b>1.405</b>	<b>651.816</b>	<b>638.458</b>	<b>653.421</b>	<b>14.963</b>	<b>2.356.476</b>	<b>2.356.180</b>	<b>(296)</b>
Carteira própria	200	1.405	651.816	638.458	653.421	14.963	2.356.476	2.356.180	(296)

#### a.3) Composição da carteira por categoria e prazo de vencimento em anos

Vencimento em anos	31.12.2019				31.12.2018			
	Valor de mercado		Total		Total		Marcação	
	Sem vencimento	A vencer entre 1 e 5 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado		
<b>Por categoria</b>	<b>200</b>	<b>1.405</b>	<b>651.816</b>	<b>638.458</b>	<b>653.421</b>	<b>2.356.476</b>	<b>2.356.180</b>	<b>(296)</b>
Títulos para negociação	-	1.405	-	1.405	1.405	2.356.143	2.355.847	-
Títulos disponíveis para venda	200	-	651.816	637.053	652.016	333	333	-

#### a.4) Resumo da carteira por rubricas de publicação

Por carteira	31.12.2019			31.12.2018		
	Valor contábil		Total	Valor contábil		Total
	Circulante	Não Circulante		Circulante	Não Circulante	
<b>Por carteira</b>	<b>1.605</b>	<b>651.816</b>	<b>653.421</b>	<b>2.356.180</b>	-	<b>2.356.180</b>
Carteira própria	1.605	651.816	653.421	2.356.180	-	2.356.180

#### a.5) Resumo da carteira por categoria

Por categoria	31.12.2019	31.12.2018
1 - Título para negociação	1.405	0%
2 - Títulos disponíveis para venda	652.016	100%
<b>Valor contábil/mercado da carteira</b>	<b>653.421</b>	<b>100%</b>

#### b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	2º Semestre/2019	Exercício/2019	Exercício/2018
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b)	40.209	142.466	428.104
Títulos de renda fixa	14.626	15.261	542
Aplicações em fundos de investimento	12	30	40
<b>Total</b>	<b>54.847</b>	<b>157.757</b>	<b>428.686</b>

#### c) Reclassificações de títulos e valores mobiliários

Não houve reclassificação de Títulos e Valores Mobiliários entre categorias nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e a Companhia não possui títulos mantidos até o vencimento, em conformidade com a Circular BACEN nº 3.068/2001.

#### d) Instrumentos Financeiros Derivativos - IFD

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos.

#### d.1) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

	2º Semestre/2019	Exercício/2019	Exercício/2018
Futuros	-	-	(388)
<b>Total</b>	-	-	<b>(388)</b>

### 7. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL E OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

#### a) Operações de arrendamento a receber

	31.12.2019	31.12.2018
<b>Operações de arrendamento mercantil a receber</b>	<b>103.855</b>	<b>208.924</b>
Arrendamentos financeiros a receber	103.855	208.924
Ativo circulante	42.806	150.617
Ativo não circulante	61.049	58.307

#### Rendas a apropriar de arrendamento mercantil

	31.12.2019	31.12.2018
<b>Rendas a apropriar de arrendamentos financeiros</b>	<b>(103.823)</b>	<b>(208.273)</b>
Ativo circulante	(103.823)	(208.273)
Ativo não circulante	(42.793)	(150.147)
	(61.030)	(58.126)

#### b) Resultado financeiro das operações de arrendamento mercantil

	2º Semestre/ 2019	Exercício/ 2019	Exercício/ 2018
<b>Receitas de arrendamento mercantil</b>	<b>91.415</b>	<b>169.293</b>	<b>204.115</b>
Arrendamentos financeiros	84.891	152.124	183.958
Lucro na alienação de bens arrendados	6.298	15.286	12.329
Recuperação de créditos anteriormente baixados como prejuízo	226	1.883	7.828
<b>Despesas de arrendamento mercantil</b>	<b>(83.415)</b>	<b>(146.581)</b>	<b>(163.092)</b>
Arrendamentos financeiros	(83.415)	(146.581)	(163.092)
<b>Total</b>	<b>8.000</b>	<b>22.712</b>	<b>41.023</b>

#### c) Carteira por setores de atividade econômica

Setor privado	31.12.2019		31.12.2018	
	%	%	%	%
<b>Pessoa física <sup>(1)</sup></b>	<b>26</b>	<b>0,03%</b>	<b>132</b>	<b>0,07%</b>
<b>Pessoa jurídica</b>	<b>97.651</b>	<b>99,97%</b>	<b>191.586</b>	<b>99,93%</b>
Atividades específicas da construção	18.746	19,19%	9.774	5,10%
Comércio atacadista e indústrias diversas	22.574	23,11%	10.930	5,70%
Comércio varejista	8.303	8,50%	9.128	4,76%
Serviços	35.659	36,51%	159.631	83,26%
Transportes	12.369	12,66%	2.123	1,11%
<b>Total</b>	<b>97.677</b>	<b>100,00%</b>	<b>191.718</b>	<b>100,00%</b>

<sup>(1)</sup> Incluem operações de crédito com outros setores de atividade econômica realizada com pessoas físicas.

Em atendimento às normas do BACEN, os contratos de arrendamento financeiro e outros créditos com característica de concessão de créditos estão apresentados em diversas contas patrimoniais, como segue:

	31.12.2019	31.12.2018
Arrendamentos financeiros a receber	103.855	208.924
Rendas a apropriar de arrendamentos financeiros	(103.823)	(208.273)
Imobilizado de arrendamento financeiro (Nota 11a)	99.166	191.552
Credores por antecipação do valor residual	(1.521)	(485)
<b>Valor presente dos contratos de arrendamento financeiros/Outros créditos</b>	<b>97.677</b>	<b>191.718</b>

#### d) Carteira de crédito por níveis de risco e prazos de vencimento

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31.12.2019	31.12.2018
	<b>Operações em curso normal</b>										
<b>Parcelas vincendas</b>	<b>7.925</b>	<b>59.020</b>	<b>11.188</b>	<b>2.030</b>	<b>17.439</b>	-	-	-	-	<b>97.602</b>	<b>190.930</b>
01 a 30	2.019	1.905	274	107	804	-	-	-	-	5.109	14.859
31 a 60	1.462	1.905	260	107	631	-	-	-	-	4.365	14.456
61 a 90	730	1.892	260	107	631	-	-	-	-	3.620	14.241
91 a 180	712	5.663	781	321	1.841	-	-	-	-	9.318	40.589
181 a 360	1.157	11.206	1.562	641	3.224	-	-	-	-	17.790	53.316
Acima de 360	1.845	36.449	8.051	747	10.308	-	-	-	-	57.400	53.469
<b>Parcelas vencidas</b>	-	-	<b>2</b>	-	<b>21</b>	-	-	-	-	<b>23</b>	<b>661</b>
Até 14 dias	-	-	2	-	21	-	-	-	-	23	661
<b>Subtotal</b>	<b>7.925</b>	<b>59.020</b>	<b>11.190</b>	<b>2.030</b>	<b>17.460</b>	-	-	-	-	<b>97.625</b>	<b>191.591</b>

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31.12.2019	31.12.2018
<b>Operações em curso anormal</b>											
<b>Parcelas vincendas</b>	-	-	-	<b>24</b>	<b>16</b>	-	-	-	-	<b>40</b>	<b>78</b>
01 a 30	-	-	-	1	4	-	-	-	-	5	4
31 a 60	-	-	-	1	4	-	-	-	-	5	4
61 a 90	-	-	-	1	4	-	-	-	-	5	4
91 a 180	-	-	-	2	4	-	-	-	-	6	8
181 a 360	-	-	-	3	-	-	-	-	-	3	15
Acima de 360	-	-	-	16	-	-	-	-	-	16	43
<b>Parcelas vencidas <sup>(1)</sup></b>	-	-	-	<b>2</b>	<b>10</b>	-	-	-	-	<b>12</b>	<b>49</b>
01 a 14	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
15 a 30	-	-	-	1	10	-	-	-	-	11	

# BV LEASING - ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.

CNPJ 01.858.774/0001-10

Avenida das Nações Unidas, 14.171, Torre A, 12º andar, parte, Vila Gertrudes, São Paulo - (SP), Brasil, CEP 04794-000

continuação

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Valores expressos em milhares de Reais)

**16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**a) Capital Social**  
O Capital Social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 932.512 (R\$ 932.512 em 31 de dezembro de 2018), está representado por 510.404 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

**b) Reserva de lucros**  
**Reserva legal**  
Constituída obrigatoriamente à base de 5% do Lucro Líquido do período, até atingir o limite de 20% do Capital Social. A Reserva legal poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das Reservas de Capital exceder 30% do Capital Social. A Reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de Capital ou para compensar prejuízos.  
**Reserva estatutária para expansão**  
A Lei e o Estatuto Social facultam à Administração, no encerramento do período, propor que a parcela do lucro não destinada à Reserva Legal e não distribuída, caso exista, seja destinada para "Reserva Estatutária para Expansão", com a finalidade de fazer frente aos investimentos para expansão dos negócios. Além disso, o saldo de reserva também poderá ser utilizado para pagamento de dividendos.

**c) Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos**  
No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Administração distribuiu dividendos no montante de R\$ 4.012, através de reserva estatutária para expansão, pagos integralmente em 14 de maio de 2019. Em 31 de outubro de 2018, os sócios aprovaram o pagamento de juros sobre o capital próprio através de reserva estatutária para expansão no valor de R\$ 11.500 pago em 13 de novembro de 2018. Em 13 de dezembro de 2018, os sócios aprovaram o pagamento de dividendos antecipados no valor de R\$ 18.485, sendo R\$ 9.300 através de reserva estatutária para expansão, pagos integralmente em 14 de dezembro de 2018. Em 31 de dezembro de 2018, os sócios aprovaram o pagamento de juros sobre o capital próprio adicionais através de reserva estatutária para expansão no valor de R\$ 10.000.

	Exercício/ 2019 (20.321)	Exercício/ 2018 (13.892)
Lucro/(prejuízo) líquido do período	-	(695)
Destinação para reserva legal	-	(695)
<b>Base de cálculo</b>	<b>(20.321)</b>	<b>13.197</b>
Dividendos mínimos obrigatórios	-	3.299
Dividendos adicionais	-	5.886
<b>Valor proposto</b>	<b>-</b>	<b>9.185</b>
% sobre a base de cálculo	0%	70%

	Exercício/2019	Exercício/2018
Títulos disponíveis para venda	Saldo inicial	Saldo inicial
BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A.	Movimentação	Movimentação
<b>Total</b>	<b>14.963</b>	<b>14.963</b>

**17. TRIBUTOS**

**a) Demonstração da despesa de IR e CSLL**

	2º Semestre/ 2019	Exercício/ 2019	Exercício/ 2018
<b>Valores correntes</b>	<b>465</b>	<b>465</b>	<b>(5.547)</b>
IR e CSLL no País - Corrente	-	-	(5.248)
IR e CSLL no País - Exercícios anteriores	465	465	(299)
<b>Valores diferidos</b>	<b>(382)</b>	<b>9.141</b>	<b>2.003</b>
<b>Ativo fiscal diferido</b>	<b>(382)</b>	<b>9.141</b>	<b>2.003</b>
Prejuízos fiscais/Bases negativas de CSLL	(611)	7.855	(2.328)
Diferenças temporárias	229	1.404	4.995
Marcação a mercado	-	(118)	(664)
<b>Total</b>	<b>83</b>	<b>9.606</b>	<b>(3.544)</b>

**b) Conciliação dos encargos de IR e CSLL**

	2º Semestre/ 2019	Exercício/ 2019	Exercício/ 2018
<b>Resultado antes dos tributos e participações</b>	<b>(6.106)</b>	<b>(29.927)</b>	<b>17.436</b>
Encargo total do IR (25%) e CSLL (20% até dezembro de 2018 e 15% a partir de janeiro de 2019)	2.443	11.971	(7.846)
Encargos sobre JCP	-	-	9.675
Outros valores	(2.360)	(2.365)	(5.373)
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social do período</b>	<b>83</b>	<b>9.606</b>	<b>(3.544)</b>

**c) Despesas tributárias**

	2º Semestre/ 2019	Exercício/ 2019	Exercício/ 2018
Cofins	(826)	(1.668)	(1.771)
ISSQN (1)	(1.094)	(21.501)	(3.688)
PIS	(134)	(271)	(288)
Outras (1)	(79)	(18.680)	(594)
<b>Total</b>	<b>(2.133)</b>	<b>(42.120)</b>	<b>(6.341)</b>

**d) Passivo fiscal diferido**

	31.12.2019	31.12.2018
Marcação a mercado	5.985	-
<b>Total das obrigações fiscais diferidas</b>	<b>5.985</b>	<b>-</b>
Imposto de Renda	3.741	-
Contribuição Social	2.244	-

**e) Ativo fiscal diferido (Crédito tributário)**

	31.12.2018	Exercício/2019	31.12.2019
	Saldo	Movimentação no período	Saldo
		Constituição	Baixa
<b>Diferenças temporárias</b>	<b>28.206</b>	<b>3.404</b>	<b>(2.117)</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.737	695	(462)
Provisões passivas	12.673	976	(1.153)
Marcação a mercado	118	-	(118)
Outras provisões	13.678	1.733	(384)
<b>Prejuízo fiscal/Base negativa de CSLL</b>	<b>480.170</b>	<b>8.886</b>	<b>(1.031)</b>
<b>Total dos créditos tributários ativados</b>	<b>508.376</b>	<b>12.290</b>	<b>(3.148)</b>
Imposto de Renda	502.088	8.199	(2.485)
Contribuição Social	6.288	4.091	(663)

(1) Inclui recolhimento pontual de ISS e respectivos encargos relacionados a períodos anteriores.

**Expectativa de realização**  
A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado no 2º semestre de 2019.

	Valor nominal	Valor presente
Em 2020	25.031	23.944
Em 2021	66.729	60.643
Em 2022	81.223	69.790
Em 2023	88.862	71.968
Em 2024	99.570	75.730
De 2025 a 2026	147.088	102.297
De 2027 a 2029	9.015	4.949
<b>Total de Créditos Tributários</b>	<b>517.518</b>	<b>409.321</b>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, observou-se a realização parcial de créditos tributários no montante de R\$ 1.061 (R\$ 10.923 em 31 de dezembro de 2018), correspondente a 39% (71% em 31 de dezembro de 2018) da respectiva projeção anual, de utilização apurado até o semestre findo em 31 de dezembro de 2019, que constava no estudo técnico elaborado em 31 de dezembro de 2018. Considerando a realização de crédito tributário prevista para o 2º semestre, a Companhia mantém o seu nível de realização de crédito tributário em conformidade com o percentual mínimo estabelecido na Resolução 3.059. **Realização dos valores nominais de créditos tributários ativados**

	Prejuízo Fiscal/CSLL a Compensar (1)	Diferenças Intertemporais (2)
Em 2020	4%	12%
Em 2021	13%	12%
Em 2022	16%	12%
Em 2023	17%	12%
Em 2024	20%	11%
De 2025 a 2026	30%	10%
De 2027 a 2029	0%	31%

(1) Projeção de consumo vinculada à capacidade de gerar bases tributáveis de IRPJ e CSLL em períodos subsequentes;

(2) A capacidade de consumo decorre das movimentações das provisões (expectativa de ocorrerem reversões, baixas e utilizações).

**f) Ativo fiscal diferido (Crédito tributário - Não ativado)**  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não houve saldo não constituído de crédito tributário.

**18. PARTES RELACIONADAS**  
As operações com partes relacionadas compreendem, além das operações com o Banco Votorantim e suas controladas, o Conglomerado Financeiro Banco do Brasil e a Votorantim S.A. (dentre as principais empresas destacam-se: Votorantim Finanças, Votorantim Cimentos e Votorantim Energia).  
A Companhia realiza transações bancárias com as partes relacionadas, tais como depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, captações no mercado aberto, instrumentos financeiros derivativos. Há ainda contratos de prestação de serviços.  
Tais transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

	31.12.2019			
	Conglomerado Banco do Brasil	Votorantim S.A.	Banco Votorantim e Controladas	Outras
<b>Ativos</b>				
Disponibilidades	63	-	863	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	626.862	-
Títulos e valores mobiliários	-	-	12	-
Outros ativos	-	-	789	-
<b>Passivos</b>				
Recursos de Letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares	-	-	(46.206)	-
Outros passivos	-	-	(36)	-
<b>Resultado</b>				
Rendas de juros, prestação de serviços e outras receitas	-	-	40.209	-
Despesas com captação, administrativas e outras despesas	-	-	(5.128)	-
			<b>Exercício/2019</b>	
<b>Resultado</b>				
Rendas de juros, prestação de serviços e outras receitas	-	-	142.466	-
Despesas com captação, administrativas e outras despesas	-	-	(24.877)	-
			<b>31.12.2018</b>	
<b>Conglomerado Banco do Brasil</b>	<b>Votorantim S.A.</b>	<b>Banco Votorantim e Controladas</b>	<b>Outras</b>	<b>Total</b>
<b>Ativos</b>				
Disponibilidades	12	-	164	-
Aplicações Interfinanceiras de liquidez	-	-	2.874.316	-
Outros ativos	-	-	844	-
<b>Passivos</b>				
Recursos de Letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares	-	-	(2.305.357)	-
Outros passivos	-	-	(10.033)	-
<b>Resultado</b>				
Rendas de juros, prestação de serviços e outras receitas	-	-	428.103	-
Despesas com captação, administrativas e outras despesas	-	-	(370.614)	-

Remuneração aos acionistas	31.12.2019		31.12.2018	
	Valor (R\$ mil)	Valor por lote de ações - R\$	Valor (R\$ mil)	Valor por lote de ações - R\$
<b>Remunerações pagas antecipadamente</b>	-	-	<b>29.985</b>	<b>58.794,12</b>
Dividendos	-	-	18.485	36.245,10
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	11.500	22.549,02
<b>Remunerações a pagar</b>	-	-	<b>10.000</b>	<b>19.607,84</b>
Dividendos	-	-	-	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	10.000	19.607,84
<b>Remuneração referente a exercícios anteriores</b>	-	-	<b>30.800</b>	<b>60.392,16</b>
<b>Remuneração referente ao exercício vigente</b>	-	-	<b>9.185</b>	<b>18.009,80</b>
<b>Total de remuneração aos acionistas</b>	-	-	<b>39.985</b>	<b>78.401,96</b>

Em conformidade com as Leis nº 9.249/1995 e nº 12.973/2014 e com o Estatuto Social da Companhia, a Administração decidiu pelo pagamento aos seus acionistas de juros sobre o capital próprio. Os juros sobre o capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido ajustado e limitados à variação, *pro rata die*, da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior a duas vezes o seu valor.  
Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o montante de juros sobre o capital próprio era registrado em conta de Despesa Financeira, e, para fins de elaboração destas demonstrações contábeis foi reclassificado para a conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados. A partir de 01 de janeiro de 2019, em atendimento aos procedimentos estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.706/2018, o reconhecimento da remuneração do capital passou a ser efetuado em contrapartida a conta de lucros acumulados ou de reservas, ou seja, não mais tramitando em contas de resultado.

**d) Ajustes de Avaliação Patrimonial**

	2º Semestre/2019			
	Saldo inicial	Movimentação	Efeito tributário	Saldo final
Títulos disponíveis para venda	-	14.963	(5.985)	8.978
BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A.	-	14.963	(5.985)	8.978
<b>Total</b>	-	<b>14.963</b>	<b>(5.985)</b>	<b>8.978</b>

**19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS - VALOR DE MERCADO**

	31.12.2019		31.12.2018	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
<b>Ativo</b>				
Aplicações interfinanceiras de liquidez	626.862	626.862	2.874.316	2.874.316
Títulos e valores mobiliários	638.458	638.458	2.356.180	2.356.180
Operações de arrendamento mercantil	97.677	102.855	191.718	198.664
<b>Passivo</b>				
Recursos de acéites e emissão de títulos	(931.986)	(932.127)	(4.952.132)	(4.955.501)

**20. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES**  
**Ativos contingentes**  
Não são reconhecidos ativos contingentes nas Demonstrações Contábeis, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.823/2009.

**b) Ações fiscais**  
A Companhia está sujeita em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias - a questionamentos com relação a tributos, que podem eventualmente gerar autuações, como por exemplo: composição da base de cálculo do IRPJ/CSLL (dedutibilidade); e discussão quanto à incidência de tributos, quando da ocorrência de determinados fatos econômicos. A maioria das ações oriundas das autuações versa sobre ISSQN, IRPJ, CSLL, PIS/Cofins, IOF e Contribuições Previdenciárias Patronais. Como garantia de algumas delas, quando necessário, existem depósitos judiciais para suspensão da exigibilidade dos tributos em discussão.

**c) Ações de natureza cível**  
Referem-se, basicamente, a ações indenizatórias cujas naturezas são: contestação do custo efetivo total dos contratos pactuados; revisão das condições e encargos contratuais; e tarifas.

**d) Provisões para demandas fiscais e cíveis - Prováveis**  
A Companhia constitui provisão para demandas fiscais e cíveis com risco de perda "provável", quantificada utilizando metodologia individualizada (contempla os processos com probabilidade de êxito do autor igual a remoto, possível ou provável) ou massificada, de acordo com a natureza e/ou valor do processo.  
As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações, pelo julgamento da Administração da Companhia, por meio da opinião dos assessores jurídicos com base nos elementos do processo, complementadas pela complexidade e pela experiência de demandas semelhantes.

A Administração da Companhia considera ser suficiente a provisão constituída para atendimento às perdas decorrentes de demandas fiscais e cíveis.

**d.1) Movimentações nas provisões para demandas fiscais e cíveis classificadas como prováveis**

	Demandas fiscais (1)			Demandas cíveis (2)		
	2º	2º	2º	2º	2º	2º
	2019	2019	2018	2019	2019	2018
<b>Saldo inicial</b>	<b>23.073</b>	<b>23.106</b>	<b>9.933</b>	<b>5.240</b>	<b>5.091</b>	<b>4.577</b>
Constituições	15.095	15.095	13.132	877	1.352	2.859
Reversão da provisão	(1.225)	(1.259)	(36)	(480)	(736)	(2.298)
Baixa por pagamento	(17.666)	(17.666)	(4)	(1.196)	(1.806)	(853)
Atualizações (3)	38	39	21	(74)	466	806
<b>Saldo final</b>	<b>19.315</b>	<b>19.315</b>	<b>23.106</b>	<b>4.367</b>	<b>4.367</b>	<b>5.091</b>

(1) Referem-se basicamente a questões tributárias sobre tributos de terceiros e ISS, sendo apresentadas na rubrica Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias.

(2) Referem-se basicamente a ações indenizatórias, apresentadas em Outras obrigações - Diversas.

(3) Em demandas cíveis, contempla atualizações monetárias e efeitos de remensuração de "preços unitários", que compõem a metodologia de cálculo de perdas.

**d.2) Cronograma esperado de desembolsos**

	31.12.2019		
	Fiscais	Cíveis	Total
Até 5 anos	2.914	4.367	7.281
De 5 a 10 anos	-	-	-
<b>Total</b>	<b>19.315</b>	<b>4.367</b>	<b>23.682</b>

O cenário de incerteza de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas.

**e) Passivos Contingentes - Possíveis**  
Os montantes evidenciados no quadro abaixo representam a estimativa do valor que possivelmente será desembolsado em caso de condenação da Companhia. As demandas são classificadas como possível quando não há elementos seguros que permitam concluir o resultado final do processo e quando a probabilidade de perda é inferior à provável e superior à remota.

**Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis**

	31.12.2019	31.12.2018
Demandas fiscais (1)	129.871	18.307
Demandas cíveis	831	1.601
<b>Total</b>	<b>130.702</b>	<b>19.908</b>

(1) Discussão sobre incidência de ISS sobre o Valor Residual Garantido - VRG cobrado pela empresa nas operações de arrendamento mercantil realizadas no período de 2014 a 2017, cujo montante atualizado do débito totalizou R\$ 99.499. Outra discussão de valor relevante refere-se à possibilidade de distribuição do JCP acumulado com base nos lucros auferidos em exercícios anteriores, dentro do limite legal de 50% do lucro apurado no exercício de distribuição. Valores em 31 de dezembro de 2019: IRPJ R\$ 13.408 e CSLL R\$ 5.368 (IRPJ) R\$ 12.677 e CSLL R\$ 5.076 em 31 de dezembro de 2018).

**f) Depósitos em garantia de recursos**  
**Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências**

	31.12.2019	31.12.2018
Demandas fiscais	24.459	23.160
Demandas cíveis	9.424	13.586
<b>Total</b>	<b>33.883</b>	<b>36.746</b>

**g) Obrigações Legais**  
A BV Leasing mantém registrado em contas específicas de Obrigação Legal (rubrica Provisão para Contingências - Fiscais - Contestação Judicial da Constitucionalidade da Lei) o montante de R\$ 334 (R\$ 213 em 31 de dezembro de 2018) em decorrência da obtenção de liminar que lhe assegura o direito de não incluir as despesas com ISS na base de cálculo das contribuições para o PIS e da COFINS.

**h) Ações civis públicas**  
A companhia possui contingências passivas envolvendo ações civis públicas em que, baseado na opinião de assessores jurídicos e no julgamento da Administração, o risco de perda é considerado possível. Em função do estágio em que se encontram, a mensuração dos montantes envolvidos dessas ações não pode ser determinado com suficiente segurança.

**21. GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL**  
**1) Processo de gestão de riscos**  
A abordagem integrada para gestão de riscos compreende a adoção de instrumentos que permitem a consolidação e controle dos riscos relevantes incorridos pelo Conglomerado. Esta abordagem tem por objetivo organizar o processo decisório e definir os mecanismos de controle dos níveis de risco aceitáveis e compatíveis com o volume de Capital disponível, em linha com a estratégia de negócio adotada.  
A Instituição dispõe de uma matriz de riscos considerados como materiais, cuja aprovação é realizada periodicamente pelo Conselho de Administração. Para cada risco listado, é realizada uma avaliação do tratamento mais adequado (Gestão, Hedge/Seguros ou Capitalização) com o objetivo de direcionar a melhor forma de monitoramento e controle de cada exposição. Os riscos considerados como materiais na data-base de referência são:

- Risco de Crédito;
- Risco de Crédito da Contraparte;
- Risco de Concentração de Crédito;
- Risco de Mercado;
- Risco de Variação das Taxas de Juros da Carteira Bancária (RBAN);
- Risco de Liquidez;
- Risco Operacional;
- Risco de Reputação;
- Risco de Estratégia;
- Risco de Socioambiental;
- Risco de Modelos;
- Risco de Conformidade; e
- Risco de Contágio.

A consolidação dos riscos abrange as exposições relevantes inerentes às linhas de negócio do Conglomerado, agrupados principalmente nas seguintes categorias de riscos: de mercado, de liquidez, de crédito e operacional. Esta consolidação é feita através de processo estruturado que compreende o mapeamento, a apuração e a totalização dos valores em risco.  
Os níveis de exposição a riscos são monitorados por meio de uma estrutura de limites de risco, que são incorporados às atividades diárias do Conglomerado, através de um processo estruturado de gestão e de controle, que atribui responsabilidades funcionais às áreas envolvidas. O envolvimento da Alta Administração se dá no acompanhamento e na execução das ações necessárias à gestão dos riscos.  
A estrutura de governança para gestão de riscos e capital abrange a totalidade do Conglomerado (Prudencial e é composta, além das respectivas equipes e diretores responsáveis por riscos e por ALM (Asset Liability Management), também por fóruns colegiados, internos e corporativos, formalmente organizados e com delegação de alçadas. Cada órgão de governança tem papel, escopo e composição definidos em normativos, que orientam sobre as regras, responsabilidades e limites de acordo com as estratégias do negócio e cenários de mercado. Os principais fóruns são:

- O Comitê de Controles e Riscos e o Comitê de ALM e Tributos são os fóruns internos de gerenciamento de riscos e capital da administração. Adicionalmente, o Comitê Executivo (ComEx) tem por atribuição o acompanhamento geral de tais temas;
- O Comitê de Riscos e de Capital (CRC) tem por função assessorar

# BV LEASING - ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.

CNPJ 01.858.774/0001-10

Avenida das Nações Unidas, 14.171, Torre A, 12º andar, parte, Vila Gertrudes, São Paulo - (SP), Brasil, CEP 04794-000

continuação

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Valores expressos em milhares de Reais)

o lucro líquido. A partir de 31 de dezembro de 2018, o Conglomerado passou a considerar os efeitos da aplicação da Resolução CMN nº 4.680/2017, que autorizou às instituições financeiras a deixarem de deduzir do Capital Principal (na proporção de no mínimo 50% até 30.06.2020 e 100% até 31.12.2020) os créditos tributários de prejuízos fiscais decorrentes de posição vendida em moeda estrangeira realizada com o objetivo de proporcionar *hedge* para sua participação em investimentos no exterior. O escopo de consolidação utilizado como base para a verificação dos limites operacionais considera o Conglomerado Prudencial, a partir de 01 de janeiro de 2015, definido na Resolução CMN nº 4.280/2013. Em 31 de dezembro de 2019, o Índice de Solvabilidade (Basileia) do Conglomerado Prudencial foi de 15,10% (15,74% em 31 de dezembro de 2018).

Em atendimento a Circular nº 3.678/2013 e nº 3.716/2014 do BACEN, o Conglomerado mantém informações adicionais de seu processo de gestão de riscos e capital disponibilizadas no website: www.bancobv.com.br.

### 22. OUTRAS INFORMAÇÕES

#### a) Comitê de Auditoria

Em atendimento à Resolução nº 3.198/2004 do CMN, a Companhia aderiu ao Comitê de Auditoria instituído pelo Conglomerado Financeiro Votorantim, por intermédio da instituição líder Banco Votorantim S.A.. O resumo do último relatório do referido Comitê foi divulgado em conjunto com as Demonstrações Contábeis do Banco Votorantim S.A. de 31 de dezembro de 2019.

#### b) Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

### Seguros vigentes em 31 de dezembro de 2019

#### Riscos cobertos

Seguro garantia - Fiança para processos judiciais

Valores cobertos

31.584

Valor do prêmio

211

### c) Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes das atividades de financiamento

	Passivos	Patrimônio líquido	Total
		Reservas de capital e de lucros	
<b>Dividendos e JCP</b>	<b>932.512</b>	<b>46.001</b>	<b>978.513</b>
Saldo em 30.06.2019	-	-	(20.321)
Absorção de prejuízo	-	-	(20.321)
<b>Total das variações dos fluxos de caixa de financiamento</b>	<b>-</b>	<b>(20.321)</b>	<b>(20.321)</b>
Saldo em 31.12.2019	<b>-</b>	<b>932.512</b>	<b>958.192</b>
	Passivos	Patrimônio líquido	Total
		Reservas de capital e de lucros	
<b>Dividendos e JCP</b>	<b>10.000</b>	<b>932.512</b>	<b>992.525</b>
Saldo em 31.12.2018	-	-	(20.321)
Absorção de prejuízo	-	-	(20.321)

	<b>Dividendos e JCP</b>	<b>Capital social</b>	<b>Reservas de capital e de lucros</b>	
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(10.000)	-	(4.012)	(14.012)
<b>Total das variações dos fluxos de caixa de financiamento</b>	<b>(10.000)</b>	<b>-</b>	<b>(24.333)</b>	<b>(34.333)</b>
Saldo em 31.12.2019	<b>-</b>	<b>932.512</b>	<b>25.680</b>	<b>958.192</b>
	Passivos	Patrimônio líquido	Total	
		Reservas de capital e de lucros		
<b>Dividendos e JCP</b>	<b>4.149</b>	<b>932.512</b>	<b>76.106</b>	<b>1.012.767</b>
Saldo em 31.12.2017	-	-	4.707	4.707
Recursos provenientes da destinação de resultado	-	-	(29.985)	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio a distribuir	29.985	-	(29.985)	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(34.134)	-	-	(34.134)
<b>Total das variações dos fluxos de caixa de financiamento</b>	<b>(4.149)</b>	<b>-</b>	<b>(25.278)</b>	<b>(29.427)</b>
<b>Variações sem efeito de caixa</b>	<b>10.000</b>	<b>-</b>	<b>(815)</b>	<b>9.185</b>
Dividendos e juros sobre o capital próprio a distribuir	10.000	-	(815)	9.185
Saldo em 31.12.2018	<b>10.000</b>	<b>932.512</b>	<b>50.013</b>	<b>992.525</b>

## A DIRETORIA

Alexei De Bona - Contador - CRC PR-036459/O-3

## DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria da BV Leasing Arrendamento Mercantil S.A. declara que discutiu, reviu e concordou com as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Em cumprimento a Instrução CVM 381/03, a BV Leasing informa que a KPMG Auditores Independentes não prestou, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, serviços que pudessem afetar sua independência em relação aos trabalhos de auditoria.

São Paulo, 06 de fevereiro de 2020

Gabriel José Gama Ferreira

Diretor Presidente

Rodrigo Tremante

Diretor Executivo

Alexandre Witzel Ibrahim

Diretor Executivo

Marcelo Andrade Clara

Diretor Executivo

Ricardo Abrahão Fajnzylber

Diretor

## DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria da BV Leasing Arrendamento Mercantil S.A. declara que discutiu, reviu e concordou com a conclusão expressa no relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

São Paulo, 06 de fevereiro de 2020

Gabriel José Gama Ferreira

Diretor Presidente

Rodrigo Tremante

Diretor Executivo

Alexandre Witzel Ibrahim

Diretor Executivo

Marcelo Andrade Clara

Diretor Executivo

Ricardo Abrahão Fajnzylber

Diretor

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### Aos Acionistas e ao Conselho de Administração da

#### BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A.

São Paulo - SP

#### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

#### Base para opinião com ressalva

A Companhia registra as suas operações e elabora as suas demonstrações contábeis com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente, conforme mencionando nas Notas Explicativas às demonstrações contábeis nº 3h e 7. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado e do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

#### Outros assuntos

#### Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada às demais demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício correntes. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalva", determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

#### Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa

Veja as Notas Explicativas nº 3h e 7 das demonstrações contábeis

#### Principais assuntos de auditoria

Conforme mencionado nas notas explicativas nºs 3h e 7, para fins de mensuração da provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa, a Companhia classifica suas operações de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito em nove níveis de risco, levando em consideração fatores e premissas como atraso, situação econômico financeira, grau de endividamento, setor de atividade econômica e características das garantias e demais fatores e premissas da regulamentação vigente, sendo "AA" o risco mínimo e "H" o risco máximo. A Companhia aplica inicialmente os percentuais de perda determinados pela regulamentação a cada nível de risco para fins do cálculo da provisão e complementa, quando necessários, suas estimativas com base em estudos internos. A classificação das operações em níveis de risco envolve premissas e julgamento da Companhia, baseadas em suas metodologias internas de classificação de risco, e a provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa representa a melhor estimativa da Companhia, quanto às perdas da carteira.

Devido à relevância das operações de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito, às incertezas e julgamentos relacionados à estimativa de provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa e ao impacto que eventuais alterações das premissas poderia gerar nos valores registrados nas demonstrações contábeis, consideramos esse assunto como significativo para a auditoria.

#### Como auditoria endereçou esse assunto

Avaliamos o desenho dos controles internos relacionados ao processo de aprovação dos níveis de risco ("ratings") das operações de arrendamento mercantil utilizados como base para o cálculo da provisão para operações de liquidação duvidosa, bem como ao processo de conciliação das bases analíticas com os saldos contábeis.

Com base em amostragem, avaliamos a documentação cadastral disponibilizada pela Administração que suporta o rating do cliente com base nas Políticas Internas de Crédito.

Efetuamos o recálculo da provisão de arrendamento mercantil com base nos requerimentos da Resolução 2.682/99 para a carteira de operações de arrendamento mercantil.

Efetuamos a movimentação do rating dos principais clientes e avaliamos a documentação suporte para classificação dos mesmos.

Por fim, avaliamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis, descritas nas notas explicativas nºs 3h e 7, estão de acordo com as normas aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável o nível de provisionamento e as divulgações efetuadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

#### Provisões e passivos contingentes

Veja as Notas Explicativas nºs 3n e 20 das demonstrações contábeis

#### Principais assuntos de auditoria

Conforme mencionadas nas notas explicativas nºs 3n e 20, a Companhia constitui provisão para demandas cíveis e fiscais, decorrentes do curso normal de suas operações. As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações e pelo julgamento da Companhia, por meio da opinião dos assessores jurídicos, com base nos elementos do processo, complementadas pela experiência de demandas semelhantes.

Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação, mensuração, definição do momento para o reconhecimento e divulgações relacionadas às Provisões e passivos contingentes, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

#### Como auditoria endereçou esse assunto

Avaliamos o desenho dos controles internos relacionados a avaliação, a classificação, e a aprovação do risco processual, assim como a revisão do cálculo da provisão e a suficiência da provisão registrada pela Administração.

Confirmamos com os assessores jurídicos externos que a base de contingências é íntegra e precisa por meio de conciliação das respostas dos assessores contra a base da Companhia.

Com base em testes, avaliamos a determinação do risco processual das causas para assuntos e valores relevantes da Companhia, por meio da avaliação dos critérios utilizados na metodologia de mensuração dos valores provisionados, bem como dados e informações históricas. Efetuamos ainda, a comparação entre os valores pagos e provisionados para os casos encerrados ao longo do semestre (*back test*).

Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis, descritas nas notas explicativas nºs 3n e 20, estão de acordo com as normas aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável o nível de provisionamento e as divulgações efetuadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

#### Projeção de resultados futuros para a realização de ativos fiscais diferidos

Veja as Notas Explicativas nºs 3m e 17e das demonstrações contábeis

#### Principais assuntos de auditoria

As demonstrações contábeis incluem ativos relativos a créditos tributários, cuja realização está suportada por estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios e orçamento preparados pela Companhia e aprovados em seus níveis de governança. Para elaborar as projeções de resultados futuros para fins, entre outros, de verificar a realização de ativos, a Companhia adota premissas baseadas em suas estratégias corporativas e no cenário macroeconômico, como taxa de juros, taxa de inflação, entre outras, considerando o desempenho atual e passado e o crescimento esperado no mercado de atuação.

Devido à relevância dos saldos relativos a esses ativos (créditos tributários), por basearem-se em estimativas de rentabilidade futura e pelo impacto que eventuais alterações das premissas poderiam gerar nos valores registrados nas demonstrações contábeis, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

#### Como auditoria endereçou esse assunto

Avaliamos o desenho e a efetividade dos controles internos relevantes, referentes ao processo de determinação e aprovação das premissas utilizadas para fins da elaboração de projeção de resultados futuros a qual é base para a avaliação sobre a realização de ativos.

Com o envolvimento de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos a razoabilidade das premissas utilizadas pela Companhia, o recálculo faz projeções baseadas em tais premissas e se as mesmas atendiam às diretrizes da regulamentação vigente.

Com o apoio dos nossos especialistas da área tributária, avaliamos as bases de apuração em que são aplicadas as alíquotas vigentes dos tributos e o estudo de capacidade de realização dos ativos fiscais diferidos.

Adicionalmente, confrontamos os dados aprovados no orçamento do ano anterior versus o resultado real em 2019, assim como o enquadramento com os requisitos da Resolução CMN nº 3.059/02.

Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis, descritas nas notas explicativas nºs 3m e 17e, estão de acordo com as normas aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitáveis as projeções de resultados futuros as quais são base para a realização dos ativos fiscais diferidos e as divulgações efetuadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

#### Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

#### Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Forneçemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 06 de fevereiro de 2020.



KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

João Paulo Dal Poz Alouche

Contador - CRC 1SP245785/O-2